

ESTRUTURA E DINÂMICA DO PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL : o potencial da aproximação entre literatura acadêmica e estudos policiais, a partir do caso de Uberlândia-MG

Daniel Azevedo Batista³⁵



RESUMO: O presente estudo evidenciará os contornos da organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) na cidade de Uberlândia MG, a sua estrutura, a divisão de tarefa entre os membros, como se desenvolvem as interações entre seus integrantes, a relação destes com agentes do estado, as redes de proteção e vinculações com as hierarquias superiores. Através da revisão literária sociológica e antropológica sobre o Primeiro Comando da Capital, em comparação com o estudo sistemático de um inquérito matriz instaurado no ano de 2020, após manifestações violentas de integrantes do PCC contra agentes de segurança pública, busca-se demonstrar a importância dos trabalhos acadêmicos, fundamentais para o processo de decisão dos agentes públicos no curso das investigações e produção do conhecimento de inteligência. Argumenta-se que existe uma influência mais acentuada das hierarquias superiores do PCC radicadas no estado de São Paulo sobre os integrantes que agem no Triângulo Mineiro, especialmente na cidade de Uberlândia, em relação ao que foi observado nos estudos que abordaram outras regiões do estado de Minas Gerais, o que se denota pela força do setor disciplinar, estrutura fundamental para a organização criminosa em estudo. **Palavras-chave:** Organização Criminosa; Primeiro Comando da Capital; Ideologia; Disciplina; Inteligência; Investigação.

STRUCTURE AND DYNAMICS OF THE CAPITAL'S FIRST COMMAND: the potential of the rapprochement between academic literature and police studies, based on the case of Uberlândia-MG

ABSTRACT: The present study will highlight the contours of the criminal organization Primeiro Comando da Capital (First Command of the Capital) in the city of Uberlândia MG, its structure, the division of tasks among its members, the interactions between its members, their relationship with state agents, the networks of protection, and their connections with higher hierarchies. Through sociological and anthropological literature review on the Primeiro Comando da Capital, in comparison with the review of data from a main investigation opened in 2020, after violent manifestations by PCC members against public security agents, I seek to demonstrate the importance of academic work, which is crucial for the decision-making process of public agents during investigations and the production of intelligence knowledge. It is argued that there is a more accentuated influence of the higher hierarchies of the PCC based in the state of São Paulo on the members who act in the Triângulo Mineiro, especially in the city of Uberlândia, in relation to what was observed in the studies that addressed other regions of the state of Minas Gerais, which is denoted by the strength of the disciplinary sector. fundamental structure for the criminal organization under study.

Keywords: Keywords: Criminal Organization; Primeiro Comado da Capital; Ideology; Discipline. Violence; Intelligence; Investigation.

³⁵ Delegado de Polícia lotado na 1ª DRPC do 9º Departamento de Polícia Civil, coordenador do núcleo da Polícia Civil adjunto ao GAECO em Uberlândia-MG. Especializado em Criminalidade Organizada pela ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA – ANP/PF

1 Introdução

Em 2023 o Primeiro Comando da Capital completará trinta anos. Desde sua fundação, no estado de São Paulo no ano de 1993, essa facção criminosa evoluiu e se transformou em uma rede criminal com conexões em todo território nacional e no exterior. As visões reducionistas que enxergam apenas o encarceramento em massa não foram suficientes para impedir o crescimento e disseminação de células dessa organização criminosa e, mesmo diante dos esforços dos órgãos incumbidos da persecução penal, o PCC expandiu seus domínios e fortaleceu-se, dentro e fora dos presídios.

A temática abordada ganha maior relevância diante das evidências que explicitam a presença do PCC em todos os Estados brasileiros, inclusive em rincões onde não se poderia falar em uma criminalidade organizada. As manifestações do PCC independem de um território e de uma organização física (BIONDI, 2018), visto que a sua ideologia se manifesta através dos irmãos batizados. Para tanto, para enfrentar a facção criminosa, é necessário conhecer todas suas nuances.

Esse conhecimento pode ser extraído de pesquisas acadêmicas nos campos da sociologia e da antropologia, que buscam descrever, analisar e compreender o PCC como manifestação da criminalidade organizada, em perspectiva muito mais complexa do que a simples necessidade de encarceramento dos seus membros, portanto, podem contribuir na produção de conhecimento de inteligência e no desempenho da atividade probatória.

Visando responder às indagações sobre quais os contornos da atuação do Primeiro Comando da Capital na cidade de Uberlândia-MG, sua estrutura, a divisão de tarefas entre os membros, como se desenvolvem as interações entre seus integrantes e quais são os motivos que os conduzem praticar atentados contra a vida de servidores da segurança pública, especialmente policiais penais, argumento que a facção criminosa ocupou espaços na segunda maior cidade do

Triângulo Mineiro e aproveitou da proximidade geográfica e da influência econômica e cultural do estado de São Paulo sob a região para fortalecimento e expansão de seus domínios.

Para legitimar a utilização das informações, obteve-se autorização judicial nos autos de processo criminal 702.20.004183-9 (Classe Inquérito Policial), para uso dos dados produzidos no feito e nos expedientes distribuídos por dependência com o compromisso de controle das informações e preservação da identidade dos investigados e demais envolvidos. Através de método qualitativo, realizou-se uma abordagem comparativa e analítica entre as informações produzidas no inquérito policial referido e a revisão da literatura selecionada.

Nesse caminho, serão abordadas as narrativas dos integrantes do PCC que foram entrevistados e interrogados durante as investigações e a construção dos eventos sem indicar nomes dos envolvidos e os locais onde as condutas foram praticadas, visando impossibilitar identificação de interlocutores. Outro esforço metodológico é evitar o viés e a adjetivação das condutas sobre a ótica de um investigador integrante do Estado, para entender a visão dos envolvidos, sem preocupação de apresentar um julgamento sobre licitude ou ilicitude das condutas praticadas.

A primeira parte do artigo foi construída com viés teórico e expositivo, resultado da revisão da literatura sobre o Primeiro Comando da Capital, com o fulcro de preparar as bases para análise das evidências concretas sobre a manifestação da organização criminosa na cidade de Uberlândia. Será tratada a importância das interações de pesquisas acadêmicas e a atividade policial para construção do conhecimento sobre o Primeiro Comando da Capital como manifestação do fenômeno criminalidade organizada, sobre expansão da facção pelos Estados Brasileiros e sobre as manifestações de tal coletivo criminal no estado de Minas Gerais, com foco na importância da região do Triângulo Mineiro, na cidade de Uberlândia.

No segundo momento do estudo será realizada uma abordagem analítica e comparativa a partir da revisão de dados do inquérito policial

selecionado e a revisão literária sobre os aspectos históricos, ideológicos e estruturais e do Primeiro Comando da Capital, cujas bases foram lançadas na primeira parte. Além da revisão dos documentos acostados nos autos, será utilizada minha experiência pessoal, visto que presidi as investigações do inquérito e interagi pessoalmente com muitos integrantes do PCC em entrevistas, interrogatórios e durante colaborações premiadas.

A construção do presente estudo visa contribuir com a produção de conhecimento acadêmico sobre o PCC e demonstrar a complexidade das relações que se estabelecem entre os integrantes da organização com maior proeminência para a segurança pública no Brasil e, por fim, contribuir para o entendimento sobre a atuação do PCC em localidades onde o estudo científico sobre a facção ainda são incipientes, ou, inexistentes.

2 Revisão Teórica

2.1 Importância da Aproximação entre as Pesquisas Acadêmicas e a Atividade Policial: Inteligência e Investigação.

As forças policiais são responsáveis pela prevenção e repressão das ameaças internas contra a estabilidade normativa e garantia dos direitos fundamentais, portanto necessitam conhecer e compreender as ações de integrantes do Primeiro Comando da Capital para o enfrentamento da organização criminosa (ANDRADE e ALMEIDA, 2022). Nos anos 2000 o PCC mostrou sua força ao se insurgir diversas vezes contra as estruturas estatais, em rebeliões coletivas e especialmente nos ataques de 2006. A resposta do Estado resultou a tônica da letalidade, com a morte de diversas pessoas nas periferias de São Paulo. (MANSO e DIAS, 2018; FELTRAN, 2018; BIONDI, 2018).

Hirata (2021, p. 198) pontua que o PCC passou a ser reconhecido pelos governos como inimigo da ordem constituída democrática e do Estado de Direito a partir das demonstrações de sua força após os eventos ocorridos em 2001 (megarrebelião) e 2006 (ataques ocorridos em São Paulo), e se tornou objeto de interesse após sua expansão fora do universo prisional, o que ocorreu

de maneiras diferentes a depender da organização local e do território.

Adorno e Salla (2007) concluíram que os ataques de 2006 evidenciaram a emergência da criminalidade organizada no Brasil e a crise da segurança pública, apontando que a facção criminosa Primeiro Comando da Capital é fruto das políticas de encarceramento adotadas pelo estado de São Paulo e foram propulsoras do enraizamento da criminalidade organizada. Em agosto de 2006 o PCC sequestrou um repórter da rede globo e como exigência para sua liberação foi lida uma carta em rede nacional em que os criminosos evocavam a exigência do cumprimento da lei de execução penal (MANSO e DIAS, 2018; ADORNO e SALLA, 2007).

Ao analisar os efeitos dos ataques de 2006, Mingardi (2007, p. 66) relacionou a falha da atividade de inteligência dos órgãos estatais, à ausência de conhecimento sobre a facção criminosa, aliada a diversos fatores políticos e ideológicos:

Numa situação como a que passamos é ainda mais difícil. A correria, o despreparo e a necessidade política de uma resposta no curto prazo tornam o conhecimento dispensável para a maioria das autoridades da área. Do que se necessita, de acordo com elas, é conhecimento preciso, mas isso é utopia. O analista que busca maior objetividade suprimindo a própria contribuição subjetiva só abraça o óbvio. Tratar objetivamente os dados significa fazer suposições explícitas, de forma que elas podem ser examinadas e cotejadas com a realidade. Esse modelo, porém, não interessa a pessoas que têm de apresentar certezas para se manter no cargo.

Conforme Andrade e Almeida (2022, p. 339) o reconhecimento dos perigos concretos e ameaças reais ou potenciais, bem como os reflexos sociais de determinado grupo criminoso demanda “entender e revelar os aspectos ocultos da atuação criminosa - que seriam de difícil constatação pelos meios clássicos de investigação policial”. Os autores propõem que é necessário conhecer os objetivos estratégicos da organização criminosa Primeiro Comando da Capital para definição das estratégias de combate, visto que um dos aspectos da atividade

de inteligência é a função consultiva do âmbito estratégico. Essa compreensão estratégica, refletirá, sem dúvidas, nas investigações e na prevenção de eventos, pois possibilita destinação de recursos materiais e humanos especializados para compreensão do PCC.

O conhecimento acadêmico construído por pesquisadores que se especializam na compreensão das manifestações do PCC, inserido em um contexto sociológico e antropológico, deve ser aproveitado pelos órgãos de segurança pública em investigações policiais, desde que obedecidos o método próprio de produção do conhecimento. Importante salientar que esse conhecimento não será destinado a todos os órgãos de segurança pública e responsáveis pela persecução criminal. Na atividade de inteligência, os órgãos que exercem tal função “não podem operar com uma visão restrita de conhecimento”, conforme apontado por Oliveira Junior (2019). Assim a atividade de inteligência tem uma importante função de apoio da investigação policial no enfrentamento de organizações criminosas (CEPIK, 2003).

Cepik e Borba (2011) apontam que o “desenvolvimento do crime organizado não é exógeno à vida em sociedade ou patológico, e sim, parte constituinte da estrutura social, mantendo uma relação parasitária com a ordem constituída”. Essas observações ressaltam a importância da aproximação da atividade de inteligência das pesquisas acadêmicas, na produção de conhecimento que refletirá nas investigações policiais que envolvam o PCC. Nesse sentido, não se pode desprezar os conhecimentos produzidos por sociólogos e antropólogos que passaram anos realizando pesquisas e etnografias, identificando as várias nuances que envolvem o PCC e seus integrantes.

Aquino e Hirata (2017) apontam que os estudos etnográficos representam relevância para se conceber a relação entre criminalidade e violência, tornando-a mais inteligível, pois contribuem para revelar aspectos de condutas morais, interações sociais entre pessoas envolvidas com a criminalidade, suas interações com o ambiente e

as justificações de condutas.

Por isso, é fundamental comparar os resultados das pesquisas científicas com os dados produzidos em investigações, pois conhecer e compreender as estruturas, as relações e a ideologia que motiva os integrantes do PCC é imprescindível para orientar a tomada de decisões dos gestores e auxiliar os policiais investigadores em suas diligências na busca de dados e provas que fundamentaram o enfrentamento do grupo. Assim, há uma relação de simbiose entre o que é produzido nas investigações e nas pesquisas científicas, visto que ambos se aproveitam do conhecimento produzido com rigor metodológico.

A estratégia de conhecer a organização criminal e comparar com estudos já publicados, demonstra superação de um modelo voltado apenas para o enfrentamento bélico e criminal da facção e permite compreensão de nuances subjetivas dos integrantes, que possibilitam traçar estratégias de curto, médio e longo prazo, para evitar que essa organização criminosa se fortaleça a ponto de se apropriar de parcelas do poder estatal (CEPIK e BORBA, 2011). Compreender a ideologia do Primeiro Comando da Capital, e como os próprios integrantes assimilam as normas do estatuto e da cartilha disciplinar, é primordial para compreender as ações de seus integrantes.

2.2 Compreensão do Primeiro Comando da Capital como Manifestação da Criminalidade Organizada.

Discorrer sobre criminalidade organizada não é simples. Pelo contrário, a complexidade da análise das diversas tipologias sobre as organizações criminosas (WERNER, 2015) não pode e não deve se resumir aos argumentos positivistas e formais do Direito Criminal, especialmente na produção de conhecimento de inteligência, como visto no capítulo antecedente. Não se discute que o crime organizado possui diferenças substanciais em relação ao crime comum (MISSE, 2011).

O Primeiro Comando da Capital é uma organização criminosa, portanto, manifestação do fenômeno criminalidade organizada (PEREIRA

et al., 2015). Desde a fundação em São Paulo no ano de 1993 no Centro de Tratamento e Custódia de Taubaté, o coletivo criminal consolidou-se nas unidades prisionais daquele Estado contra facções rivais que oprimiam os próprios presos e contra o Estado, com a adoção inicial do lema “Paz, Justiça e Liberdade”, apropriado do Comando Vermelho (MANSO e DIAS, 2018).

No processo de consolidação da facção criminosa, no início da década de 2000, ocorreu uma revolução interna e parte dos fundadores do PCC foram considerados opressores e mortos por outros integrantes e outros foram expulsos (FELTRAN, 2018). A ascensão de Marcos William Herbas Camacho como liderança do PCC e a adoção dos ideais de “Igualdade e União” (BIONDI, 2018) entre os criminosos revolucionou a forma de gestão da organização criminosa, estabelecendo a descentralização das decisões e a gestão da violência através dos debates.

A complexidade do PCC e suas várias faces de atuação formaram uma estrutura em rede capilarizada (WERNER, 2015), possibilitando que seus integrantes tenham conexões estabelecidas em uma confiança recíproca que fortalece os laços de conexão. Com os lemas de paz, justiça, liberdade, igualdade e união, a facção criminosa estruturou-se em células que se conectam pela noção de sintonia. Biondi (2018, p. 260) observa que o Primeiro Comando da Capital difere de outras facções criminais baseadas em “laços de filiação, históricos, raciais ou revolucionários”, bem como substancialmente dos comandos cariocas.

Dias (2011, p. 334) expôs que um dos fatores para consolidação do PCC foi o estabelecimento de mecanismos de controle individual de seus integrantes, independentes do uso direto da força física. O PCC instituiu mecanismos de gestão da violência com pautas de liderança, proceder a igualdade, consubstanciados nos debates, um método que funcionou para resolver questões entre os presos no sistema prisional (MARQUES, A., 2010) e evitar as mortes banais (FELTRAN, 2018). Isso permitiu que em algumas cadeias o PCC se tornasse hegemônico (DIAS, 2012).

Os mecanismos de gestão da violência adotados nas unidades prisionais foram adaptados para resolução de conflitos nas periferias onde as estruturas do PCC se estabeleceram no processo de expansão para o exterior do sistema prisional, através do setor disciplinar (MANSO e DIAS, 2018, p. 177). Nesse sentido, o sucesso da terceirização da resolução de conflitos entre os criminosos alçou o PCC como instância que propõe um senso de justiça próprio da criminalidade paralelo à justiça do Estado e que passa a fazer sentido não apenas para os integrantes da facção, mas para aqueles que se associam aos componentes ideológicos e se sentem excluídos da sociedade (JARA, 2021).

Feltran (2010) observou que essa dinâmica de justiça através dos debates, levou para as periferias a ideia de resolução dos conflitos, coincidindo com a redução da taxa de homicídios, mas isso não significa que o uso da violência foi abolido pela facção, mas sim apropriado pelos integrantes do PCC que a reconhecem como instância legítima para imposição de sua ideologia e punir aqueles que ofendem as regras do estatuto disciplinar, na luta contra facções rivais e também, contra o Estado. O PCC buscou monopolizar a decisão de quem poderia ser morto ou espancado, legitimando suas ações nos debates e ações que visavam frear os assassinatos banais.

A expansão do PCC e sua consolidação em todo território nacional iniciou-se com um componente ideológico e político, mas conforme apontado por Manso e Dias (2018, p. 193), o processo de nacionalização não foi linear:

A nacionalização do PCC foi bastante complexa, até porque não se trata de um único processo, mas de processos distintos com lógicas e dinâmicas próprias. Há a expansão dentro dos cárceres e, concomitantemente, a expansão fora das prisões. Cada uma carrega especificidades, embora essas duas dinâmicas - dentro e fora das prisões - se complementem e se reforcem mutuamente.

Nas ruas, a face econômica do PCC não se restringe ao tráfico de drogas. Feltran (2018, p. 115) aponta a complexidade do sistema de financiamento do PCC, o qual é sustentado por

financiamentos recíprocos, aquisição e venda das drogas e delitos contra o patrimônio. Em seus primórdios, o PCC estabeleceu mensalidades e rifas para financiamento de suas atividades ilícitas, sempre com o objetivo de auxílio recíproco dos irmãos. O sucesso na venda de drogas, ocasionou, cada vez mais, o abandono das práticas assistencialistas de financiamento coletivo, para formação de um caixa financeiro abastecido pelos setores do progresso. Para aumentar os lucros e fixar sua posição hegemônica, exerceu uma alteração nas dinâmicas da comercialização de entorpecentes com tabelamento dos preços, mas possibilitando que os irmãos tenham negócios autônomos (FELTRAN, 2018, p. 77 a 87; HIRATA, 2021, p. 199).

Conforme Biondi (2018, p. 69) “o universo carcerário sempre é evocado quando se fala em PCC”. Essa dinâmica representa a interação entre os integrantes que estão presos e os que estão soltos, o que reflete inclusive nas quebradas de origem, com os processos de alternância de posições nas responsabilidades com a prisão ou liberação dos integrantes. Portanto, embora o PCC tenha assumido em diversos locais a hegemonia de algumas quebradas e tenha obtido sucesso em sua face econômica através da conquista de importantes rotas nacionais e transnacionais com o tráfico de drogas, é necessário compreender que os irmãos evocam auxílio recíproco dos irmãos que estão presos, ou em dificuldade, para obrigar outros integrantes a participar de missões bélicas e apoiar financeiramente práticas criminais.

Feltran (2018, p. 13 a 46) estabeleceu uma analogia entre o PCC e uma sociedade secreta, tal como a Maçonaria, em que há diversas estruturas e cargos políticos administrativos e é secreta. Assim como na maçonaria, a facção criminosa baseia-se em uma ideologia definida e pressupõe auxílio recíproco entre os irmãos que foram batizados. Desta forma, é possível conceber estrutura em rede que se capilariza, fortalecida pela interação entre integrantes que estão no sistema prisional e aqueles que estão em liberdade.

A face ideológica do PCC é sustentada pela base, constituída por jovens que creem na

ideologia do crime fortalecido em oposição ao Estado. Além disso, esses jovens se atraem pela sensação de pertencimento e segurança, visto que sabem que se forem presos ou estiverem em conflito com outros delinquentes, ou facções, terão a proteção do PCC. A massa do PCC é composta por soldados que são utilizados pelas lideranças, socorrendo-as, quando necessário, em missões bélicas e lhes prestando apoio para o sucesso do progresso, que atualmente constitui a principal fonte de financiamento da facção.

Vislumbra-se que aqueles que conseguem escalar nas responsabilidades do comando, também usufruem de contatos que possibilitam fortalecimento financeiro. Os integrantes do PCC que assumem postos nas hierarquias superiores, geralmente gozam de respeito e contatos que lhes garantem melhores condições de negócios, os quais não se confundem com os negócios da facção. Na face econômica, especialmente na lavagem de dinheiro, a ideologia deixa de fazer sentido. Por todos esses fatores, conclui-se que o PCC é uma organização criminosa cujo componente ideológico é o fator que une a face bélica e a face econômica.

2.3 O Primeiro Comando da Capital em Minas Gerais e a Importância do Triângulo Mineiro.

A expansão territorial da “facção paulista”, dentro e fora das unidades prisionais, alcançou o estado de Minas Gerais e é uma realidade observada pelos órgãos de segurança pública, inclusive com diversas manifestações violentas contra a própria estrutura do Estado, conforme observado em 2018, quando uma série de ataques e rebeliões foram coordenadas pelo PCC, supostamente em oposição às normas do sistema prisional de Minas Gerais (VIANA, 2022; MARQUES T., 2023; DUARTE e ARAÚJO, 2020; RIBEIRO *et al.*, 2019).

Os ataques revelaram uma nova face da criminalidade organizada e violenta em Minas Gerais, visto que as políticas públicas estatais de segurança pública sempre foram baseadas em

estudos que refletiam a análise da violência urbana na região metropolitana de Belo Horizonte, onde se relacionava à lógica de ocupação territorial dos espaços urbanos, com formação de gangues em comunidades carentes onde a falta da estrutura estatal abria espaços para as disputas violentas e, conseqüentemente, elevação das taxas de homicídios (BEATO e ZILLI, 2012; SAPORI, 2012).

Duarte e Araújo (2020, p. 183) concluíram que a expansão do PCC para o estado de Minas Gerais seria uma espécie de caminho sem volta, embora haja uma resistência territorial encontrada na região central do Estado e constataram que os presos integrantes do PCC eram originários das regiões limítrofes com o estado de São Paulo:

Conforme relatos de alguns presos e de atores públicos, o PCC teria se inserido no sistema prisional mineiro a partir das constantes prisões de seus membros realizadas no Triângulo Mineiro e no Sul estadual, tal como discorrido por Ribeiro *et al.* (2019). As estradas de ligação entre Minas Gerais e São Paulo, somadas à precariedade de fiscalização policial, foram citadas como facilitadores da ação organizacional.

Ribeiro, *et al.* (2019) apontam que as políticas públicas prisionais do estado de Minas Gerais contribuíram para o fortalecimento da organização criminosa no interior do Estado, pois todos os presos relacionados com a facção, mesmo que não batizados, eram transferidos para pavilhões específicos da Penitenciária Nelson Hungria, onde os presos oriundos das regiões Sul de Minas e do Triângulo Mineiro, seriam os responsáveis pela divulgação da ideologia e batismo de novos integrantes no interior do sistema prisional, o que contribuiu para o aumento do número de faccionados:

Na PNH, os pavilhões 01 e 03 possuem aproximadamente 200 (duzentos) presos classificados pela justiça como pertencentes ao PCC, oriundos de diferentes regiões do estado, sobretudo, do sul de Minas e do Triângulo Mineiro. Este carimbo da justiça se dá a partir de duas estratégias principais. Muitos desses condenados, ao chegarem aos presídios de suas cidades de origem, reconhecerem o seu vínculo com o PCC. Sob

outros para somente a suspeição dos agentes penitenciários, o que já representa um forte indicativo para o juiz carimbar a pasta processual do réu como PCC, mesmo sob alegações do próprio de não pertencimento. Ser rotulado como “preso do PCC” significa o encaminhamento quase que imediato para a penitenciária de segurança máxima na região central do Estado (p. 224).

Viana (2022), a partir de dados coletados durante investigação policial, traçou perfil sobre as manifestações dos integrantes da organização criminosa em Minas Gerais e observou as diversas faces do PCC no Estado, em perspectiva ideológica, bélica e mercadológica, apontando-se que na região metropolitana de Belo Horizonte o PCC encontra resistência em virtude das características peculiares da dominação territorial:

O crescimento do PCC em Minas Gerais se insere em um plano nacional de aumento do número de integrantes, com a flexibilização dos procedimentos de batismo de novos membros, atenuação das ações disciplinares (para reduzir as expulsões e abandonos) e com a suspensão da cobrança da cebola, buscando vantagem estratégia no cenário de guerra com outros grupos criminais no país (MANSO e DIAS, 2018). Em Minas Gerais, essas medidas foram realizadas com sucesso na visão das pessoas ouvidas na pesquisa, tanto que isso foi apontado como uma das metas que foram batidas pelo grupo em 2018 (VIANA, 2022, p. 80).

As cidades do Triângulo Mineiro, além da proximidade geográfica, compartilham importante identidade cultural mineira, mas possuem grande influência do estado de São Paulo. O processo de organização do território e o desenvolvimento econômico da região recebeu grande influência da economia paulista, o que fez diminuir, inclusive, a dependência econômica da capital Belo Horizonte, ao longo dos anos. Essa interação da região do triângulo mineiro com o leste sul mato-grossense, o sudoeste goiano e a grande divisa territorial ao sul, com o estado de São Paulo, ocasionou o desenvolvimento de uma formação social e econômica que avançou a partir da integração, principalmente com a economia paulista (GUIMARÃES, 2004; 2020).

Especificamente em relação ao Triângulo Mineiro, a ocupação territorial da região situada na porção oeste de Minas ocorreu entre o final do século XVII e o início do século XVIII. Os centros urbanos da região, seguindo a tradição das migrações agrárias ocorreram precedidos de processos migratórios estruturados em parentelas, como observa Lourenço (2005, p. 140), quem explica que:

As pessoas procuravam instalar-se em áreas onde pudessem contar com as redes de solidariedade vicinal, fundamentais à dinâmica da economia e das sociedades camponesas. Tais redes eram mais confiáveis – e se estruturavam mais rapidamente – quando formadas por parentes.

Nos últimos anos, as cidades do Triângulo Mineiro experimentaram crescimento populacional expressivo, especialmente Uberlândia, que segundo o último censo do IBGE experimentou acréscimo de quase vinte por cento em sua população e foi a cidade que mais cresceu no estado de Minas Gerais, ocupando o lugar de segunda cidade mais populosa do Estado com 713.224 pessoas, com a segunda população no Estado (IBGE, 2023). O crescimento populacional de Uberlândia nos últimos anos, coincide com a evolução do PCC na cidade, principalmente na dominação de novas periferias e bairros que surgiram no processo de ocupação territorial.

A pujança econômica da região situada a oeste do estado de Minas Gerais representa grande importância para as redes criminosas que exploram mercados ilícitos. Organizações criminosas de roubo de carga se estabeleceram em Uberaba e Uberlândia, o que levou a criação de uma CPI no final do Século XX (BONESSO, 2019). A região é cortada pelas vias da famosa “Rota Caipira”, principal corredor de drogas do Brasil (ABREU, 2021). Portanto, tal região é estratégica para o Primeiro Comando da Capital, em razão da economia desenvolvida para a exploração de mercados ilícitos, pela dominação da rota caipira para o escoamento das drogas e pela dominação de novas quebradas que surgiram em Uberlândia e Uberaba.

Marques (2023) aponta que o PCC se consolidou na região do Triângulo Mineiro a partir dos anos 2000 em um processo de dominação territorial das periferias, imposição da ideologia e gestão da violência, especialmente em Uberlândia e Uberaba, o que coincidiu com a diminuição da taxa de homicídios. As investigações de campo demonstram que a interação dos setores estabelecidos no sistema prisional com os setores estabelecidos nas ruas, especialmente nas periferias das grandes cidades do Triângulo Mineiro é assemelhada com a que se observa nas periferias de São Paulo, inclusive com a apropriação do discurso ideológico.

O processo de consolidação do PCC nas quebradas das grandes cidades do Triângulo Mineiro, especialmente de Uberlândia, manifestou-se primeiramente para exploração de mercados ilícitos e gestão territorial das biqueiras do tráfico, com afastamento do sistema de exploração por gangues locais e substituição da gestão territorial hegemônica da facção (MARQUES, 2023). A expansão dos integrantes nas quebradas ocorreu a partir de 2018, especialmente pelo estabelecimento de metas de batismo (VIANA, 2022; RIBEIRO *et al.*, 2019; DUARTE e ARAÚJO, 2020). Os batismos, que antes eram mais frequentes nas unidades prisionais, inclusive nas alas próprias da região metropolitana de Belo Horizonte, com a transferência de lideranças do PCC oriundas do Triângulo Mineiro, passaram a ser mais frequentes nas ruas, especialmente nas grandes cidades (MARQUES, 2023; VIANA, 2022). Em Uberlândia, observa-se que o PCC é hegemônico e não encontra resistência de facções locais (FELTRAN, 2018).

De acordo com as observações de Marques (2023, p. 103), nas cidades do Triângulo Mineiro “apesar da face empresarial e da face guerreira serem as primeiras faces da facção a se apresentarem, uma vez em processo de estabelecimento, a face fraternal, isto é, de irmandade, começa a aparecer”. Essa face fraternal é a que cria a identidade dos integrantes com a noção de irmandade entre os pares e deveres recíprocos para

com a família (FELTRAN, 2018), o que ocasionou o fortalecimento do setor disciplinar.

Apesar de tantas manifestações violentas atribuídas ao PCC em Uberlândia, conforme a revisão da literatura, até o ano de 2021 não havia estudos acadêmicos que abordassem tal temática para entender qual a motivação dos suspeitos. Tal percepção apareceu apenas nos estudos de Viana (2022) e Marques (2023), conforme acima narrado. Nos setores de inteligência de segurança pública, pouquíssimo conhecimento foi produzido sobre o PCC até o ano de 2020, conforme percepção pessoal, visto que foi experimentada enorme dificuldade para obtenção de informações sobre a facção criminosa ao participar das investigações. Apesar de existirem várias publicações sobre a facção criminosa no estado de São Paulo, sem a produção de conhecimento de inteligência e de estudos científicos, não se pode compreender fielmente o funcionamento das estruturas do PCC nas ruas.

3 Revisão dos Dados do Inquérito e Análise Comparativa com a Literatura Seleccionada.

Em 2020 ocorreram duas tentativas de homicídio seguidas contra policiais penais em Uberlândia. O promotor de justiça que atuou nos eventos revelou que não vislumbrou como atribuir responsabilidade aos integrantes do PCC sem provas que confirmassem a existência da organização criminosa na cidade. Como seria possível afirmar que criminosos, supostamente vinculados ao PCC, estariam praticando tentativas de homicídios contra policiais penais, sem ao menos delinear qual seria a vinculação e a real motivação dos ataques? Na época, vislumbrou-se enorme dificuldade em obter dados sobre o PCC e seus contornos estruturais na região. Mesmo policiais experientes que atuaram em investigações contra integrantes da facção anteriormente não possuíam uma visão macro sobre as estruturas da organização criminosa e a divisão de tarefas de seus integrantes.

Visando superar essas dificuldades e para delinear todos os elementos típicos necessários à comprovação da materialidade delitiva do crime previsto no art. 2º da Lei 12850 de 2013, com a consequente responsabilização criminal dos supostos membros do PCC, optou-se por instaurar um inquérito matriz, que serviu como base para instauração de medidas cautelares e instauração de inquéritos anexos.

O inquérito tramitou entre o final do ano de 2020 e meados do ano de 2023 e foi utilizado como base para oferecimento de diversas denúncias autônomas contra integrantes do PCC. Dentre os documentos que compõe o caderno investigativo analisados constam relatórios de análise de conteúdo de dados telemáticos, autos circunstanciados de interceptação telefônica, termos de interrogatório, cópias de documentos apreendidos durante buscas e apreensões, relatórios conclusivos e cópia de vinte e oito denúncias ofertadas contra 41 integrantes do Primeiro Comando da Capital.

Para atingir os objetivos do presente trabalho, realizaremos a abordagem dos eventos relacionados aos ataques contra a vida de policiais penais e a abordagem dos contornos estruturais da facção criminosa para responder às perguntas da pesquisa.

3.1 A Estrutura Disciplinar do PCC nas Ruas a Partir da Análise do Funcionamento em Uberlândia MG.

A linha investigativa seguida no inquérito policial analisado tomou como norte o setor disciplinar do PCC, visto que os principais suspeitos de atentar contra a vida dos policiais penais integravam esse quadro, ou célula (FELTRAN, 2018; MANSO e DIAS, 2018). De acordo com um dos integrantes do PCC que colaborou com as investigações, aqueles que ocupam função como “disciplina” (forma como os integrantes designam quem ocupa o setor disciplinar) são os responsáveis pela preservação das normas do estatuto e da cartilha disciplinar. Devem seguir a *“ideologia do*

comando”, fazer o *“certo na vida errada”*, *“correr pelo certo”*, expressões que são utilizadas pelos irmãos em seus termos de declarações. Essa forma de comunicação condiz com as comunicações observadas por Biondi (2018) e Feltran (2018).

Dentre as várias células existentes na estrutura do PCC a “Sintonia” ou “Setor” Disciplinar é a responsável por propagar e manter a ideologia do comando, fiscalizar e corrigir as ações de seus integrantes, bem como de pessoas que não integram os quadros da facção, mas se submetem às suas normas de conduta, conforme apontado por Biondi (2018). Aqueles que não são batizados e não integram formalmente as estruturas do PCC, mas são envolvidos com a criminalidade, são tratados pelos integrantes da organização criminosa como *“companheiros leais”*. As responsabilidades dos integrantes do Primeiro Comando da Capital são divididas de acordo com a abrangência de localidades que vão das quebradas (bairros e periferias das cidades), municípios, regiões administrativas relacionadas aos códigos de DDD. Essa divisão corresponde às estruturas que são descritas por Feltran (2018), Biondi (2018) e Manso e Dias (2017).

Conforme trecho de um interrogatório realizado com integrante do PCC, este explicou que o “setor disciplinar” segue uma hierarquia. Conforme os dados acostados no inquérito, os integrantes do PCC fazem menção à *“Sintonia dos Estados e Países”*, aos *“Resumos (e apoios dos resumos)”*, *“Sintonia Geral do Estado”*, *“Sintonias Regionais”*, conhecidas como *“Disciplinas das regiões”*, *“Disciplina da cidade”* e por último, *“Disciplina de bairro, ou de quebradas”*.

De acordo com informações contidas no inquérito revisado:

“Sintonia dos estados e países” seria composta por integrantes da facção paulista responsáveis pelas atividades disciplinares do PCC nos Estados fora de São Paulo, os quais são mais próximos dos membros da *“sintonia final”*. Estes setores da facção criminosa seriam os responsáveis por monitorar todas as atividades dos integrantes do PCC nos estados da federação e países onde há células consolidadas da facção criminosa.

Os *“Resumos”* são integrantes de alta responsabilidade, responsáveis por receber e processar as informações que são repassadas para sintonia dos Estados e Países e seria a instância final de decisão do setor disciplinar, mas não responde apenas por um estado, mas sim pelos estados componentes de sua torre. O Resumo Disciplinar é uma posição político administrativa fundamental para a rede criminosa do PCC. Neste sentido, Manso e Dias (2018, p. 334) apontam que:

O PCC se organiza em células que compõem uma ampla rede. Com suas extremidades em prisões e bairros pobres (‘quebradas’) de cidades brasileiras, essas células estão conectadas e formam coletivos decisórios. A Sintonia dos Estados e países é a mais alta instância decisória e operacional do PCC para fora do Estado de São Paulo. Já no estado paulista, figura uma estrutura organizacional própria. Também ali estão as duas instâncias máximas do PCC: a Sintonia Geral Final (SGF) e o Resumo Disciplinar.

O quadro designado *“Geral do Estado”* é composto por um determinado número ímpar de integrantes, os quais recebem todas as informações das regiões do estado e atuam de acordo com suas atribuições e poderes para aplicação de sanções. As decisões são sempre colegiadas e precedidas de debates, nos quais os integrantes do PCC orientam suas decisões através de um procedimento de *“julgamento”*, orientado nos princípios do Estatuto e nos itens da cartilha disciplinar (JARA. 2021; FELTRAN, 2018; BIONDI, 2018). Quando uma decisão extrapola seu poder de decisão e comando, deve repassá-la ao apoio do resumo, para seguir a ordem hierárquica.

Viana (2022) identificou, com base em dados produzidos em investigações de crimes ocorridos em 2018, a estrutura mais importante do Estado era a Geral do Estado, composta por integrantes que estavam reclusos em unidades prisionais. Em nossas investigações, identificamos que existe uma sintonia denominada *“Geral do Estado”* que atua nas ruas, que coincide com a estrutura disciplinar de células identificadas em São Paulo (MANSO e DIAS, 2018; FELTRAN, 2018). Baseado nos dados do inquérito, a sintonia Geral do Estado da Externa,

que atua nas ruas, passou a ser a mais importante célula do PCC em Minas Gerais.

O PCC estabeleceu seus domínios no estado de Minas Gerais, com estrutura subdividida em “Setores regionais”, conhecidas pela região geográfica, correspondente aos terminais de comunicação vinculados ao DDD. Cada região do Estado tem um determinado número de membros para sintonizar aquela região. Os relatórios indicam que havia uma “Disciplina da Sul”, correspondente ao DDD 035; A “Disciplina da Região Central”, correspondente ao DDD 031 e na região do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba (MINAS GERAIS, 2023), conhecida em meados de 2020 como “Disciplina da Leste”, ou “Regional 34”. Essa dinâmica também foi observada por Viana (2022).

Embora os integrantes da facção criminosa designarem o setor disciplinar da região do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba (DDD34) como “Disciplina da Leste”, a região localiza-se ao Oeste do estado de Minas Gerais e faz fronteira com os estados de Goiás, São Paulo e Mato Grosso do Sul. A região do Alto Paranaíba é mais centralizada e próxima da capital Belo Horizonte. Além dos pontos comuns na economia, cultura e localização geográfica, a região formada pelo Triângulo Mineiro e pelo Alto Paranaíba compartilha a utilização do código de Discagem Direta a Distância de nº 34 nas comunicações telefônicas entre as áreas urbanas daquela região.

Em relação ao setor denominado “*Disciplina da Cidade*”, trata-se de um setor responsável pelo município e os números de integrantes variam, de acordo com o tamanho da cidade e o número de integrantes identificados. Assim, cada cidade da região 34, teria um número ímpar de integrantes, os quais seriam responsáveis por receber as demandas, aplicar decisões no âmbito de suas atribuições e repassar as informações para os integrantes dos setores da regional que compõe. Os dados coletados demonstraram que Uberlândia possuía setor disciplinar composto por trinta e três integrantes que integravam o que é conhecido por Sintonia da Cidade.

Por fim, o setor disciplinar mais local era denominado “*Disciplina de bairro ou de quebrada*”,

composto por companheiros leais e integrantes batizados, os quais auxiliavam os integrantes da disciplina da cidade em cada bairro ou setor daquele município. Geralmente, cada bairro teria duas disciplinas, mas este número pode ser maior, a depender do tamanho da região.

Como visto, as decisões são coletivas e o PCC sempre busca uma legitimação ética de suas decisões nas questões disciplinares, com base na ideologia estabelecida em seu estatuto (FELTRAN, 2018). Diante das aplicações de *internet* que possibilitam a comunicação em tempo real e transmissão de dados que dificultam a operacionalização de interceptação das comunicações, os integrantes da facção em todo território nacional poderão ocupar uma posição político administrativa, mesmo que seja referente a outro estado da federação.

3.2 Perfil dos Integrantes do PCC Investigados no Inquérito Policial

A maioria dos integrantes do PCC identificados no inquérito policial eram homens jovens, com idades inferiores a trinta anos. Todos moradores de periferias e com históricos criminais variados, cujas passagens se alternavam entre crimes contra o patrimônio (furtos, roubos e receptações), tráfico de drogas e homicídios. Nos autos existem referências à estrutura disciplinar feminina, mas as investigações não avançaram para tal setor, visto que não esteve relacionada à tentativa de homicídio de policiais penais.

Observou-se que os integrantes do setor disciplinar tinham dificuldades para pagar a “Rifa”, que eles consideravam ser uma espécie de mensalidade no valor de R\$525,00 (quinhentos e vinte e cinco reais) para sustento do comando. Os integrantes presos deveriam pagar R\$125,00 (cento e vinte e cinco reais). Os jovens tinham dificuldades até mesmo para adquirir telefones celulares para manter as comunicações com o comando. Alguns reclamavam que não podiam se divertir, ou até mesmo sustentar a família, mesmo assim, continuavam a atuar nas respostas da facção.

Mesmo integrantes considerados de alta responsabilidade, que integravam o Setor Geral do Estado, aparentavam dificuldades para arcar com as obrigações financeiras decorrentes do pagamento das "Rifas". Nenhum deles administrava biqueiras do comando, mas sim, realizavam pequenos tráficos e outros crimes, os quais lhe garantiam sustento. Aparentemente, a rede do PCC lhes trazia algumas facilidades em sua empreitada criminosa, tal como uma boa conexão com outros ladrões, mas não estavam inseridos em esquemas de grande distribuição de drogas, ou assaltos a bancos, como se poderia supor.

Todavia, também chamou atenção que tais jovens, alguns com apenas dezoito anos, não tinham a maturidade, mas sim, se aventuravam em questões disciplinares apropriando-se de decisões prontas e da experiência dos integrantes mais velhos. Entrevistou-se a companheira de um dos integrantes do PCC, a qual relatou que os irmãos e companheiros iam a festas e faziam questão de se identificar como integrantes do Comando, o que lhes rendia um certo status. A maioria deles, tatuados com as marcas referentes ao Primeiro Comando da Capital, com símbolos que foram identificados durante a investigação como representativos da organização criminosa.

Um dos representantes da Geral do Estado, demasiadamente articulado, vivia em um aglomerado decorrente de invasão de terras, numa casa sem reboco, piso de chão batido, banheiro de fossa, energia elétrica ligada em um gato coletivo. Esse irmão não tinha veículo próprio e dependia de favores para comparecer às reuniões do comando. Os dentes lhe rendiam um apelido característico, visto que não tinha dinheiro para fazer o tratamento. Extremamente magro, com aspecto de doente. Apesar da pobreza, esse líder do PCC gozava de grande credibilidade e era temido pelos demais integrantes da facção, os quais obedeciam aos seus chamados sem titubear. Os dados que foram obtidos demonstram que ele trabalhava para o comando e teria ascendido nas fileiras da organização após sucesso em missões para controlar o tráfico e impor a ideologia do comando em cidades próximas de Uberlândia.

Outro integrante do PCC que participou dos ataques contra os policiais penais tinha aproximadamente 34 anos. Oriundo do estado de São Paulo era extremamente violento. Participava dos debates e cumpria determinações das sintonias superiores para julgar inimigos da facção criminosa. Matava sem piedade e era conhecido entre seus pares pela crueldade nas execuções. Esse, vivia para a facção, não tinha sequer residência própria. Todavia, a rede de auxílio mútuo do PCC possibilitou que ele conseguisse moradia e drogas para vender, o que lhe possibilitava garantia de sua subsistência.

O perfil da maioria dos integrantes do PCC que foram identificados não corresponde ao que foi observado nas pesquisas de Feltran (2018, p.175):

O tipo ideal do irmão do PCC é, portanto, menos o traficante jovem figura midiática em outros lugares, e mais o ladrão de bancos, conceituado no crime, que chega a maquinar uma ação criminal durante anos para sair dela rico. O típico irmão do PCC, na visão do mundo paulista, é mente, é inteligência, não corpo. Por isso, não é alguém que se possa identificar visualmente, com bases estéticas. Para conhecê-lo, e saber de fato como age em cada situação, seria preciso acessar suas redes, sua sociedade secreta; sua reputação está presente, entretanto, nos cotidianos das quebradas, eles circulam entre nós sem que saibamos nem desconfiamos, que estamos lado a lado com o PCC.

Além do *status* entre os demais faccionados, os ocupantes de cargos de hierarquias superiores são mais próximos das sintonias finais e, supostamente, teriam maior acesso aos produtos do progresso para desempenhar suas atividades criminosas. Quanto mais conhecimento e dedicação para o comando, maior será a responsabilidade do irmão, bem como sua influência sobre os demais integrantes do PCC (FELTRAN, 2018).

Conforme explicou outro irmão, alguns são mais da "paz", outros são mais da "guerra", mas ninguém pode contrariar a ideologia do comando. A grande diferença do padrão dos integrantes da organização criminosa é fruto do relaxamento das

rígidas regras que eram impostas para o batismo, como já tratado no presente trabalho. Viana (2022) observou essa dinâmica em Minas Gerais, visto que o número de batismos cresceu em 2018, no período em que foi realizada a pesquisa, ocasião em que o PCC buscava se consolidar no Estado e foram adotadas metas para batizar novos integrantes.

4 Considerações Finais

O presente estudo abordou manifestações locais do PCC na cidade de Uberlândia MG, com a finalidade de construção da análise comparativa entre a literatura acadêmica sobre a facção criminosa e os dados consubstanciados em investigação policial, visando, assim, afastar o reducionismo das proposições que abordam apenas as visões punitivas, baseadas no enquadramento das condutas de integrantes da organização criminosa fundamentadas no binômio licitude-ilicitude.

A revisão teórica iniciou-se com a demonstração da importância da aproximação entre as pesquisas acadêmicas e a atividade policial, investigativa e de inteligência, mormente no aproveitamento recíproco do conhecimento produzidos em ambas. As pesquisas realizadas por sociólogos e antropólogos constituem importantes fontes abertas de conhecimento para a atividade de inteligência de segurança pública e no desempenho de diligências investigativas, especialmente para nortear os investigadores sobre o modo de atuação dos integrantes do PCC.

Com base no conhecimento apreendido após a revisão literária, o estudo abordou o Primeiro Comando da Capital como manifestação da criminalidade organizada e expôs nuances da evolução e da complexidade de tal coletivo criminal e, ancorado nessa compreensão, demonstrou que a face ideológica do PCC é a ligação entre a face bélica e a face econômica da organização criminosa, que se interligam através dos quadros do setor disciplinar.

Para contextualizar a abordagem local, partindo da compreensão sobre a nacionalização

do PCC, foi possível evidenciar que a expansão do comando para o estado de Minas Gerais faz parte de um projeto da cúpula da facção para a ocupação de territórios e imposição da ideologia, que resultou no aumento de batismos dentro e fora de sistemas prisionais e o aumento de integrantes do PCC nas ruas, especialmente na região do Triângulo Mineiro e na cidade de Uberlândia MG, considerada como estratégica para a facção criminosa, devido à proximidade do estado de São Paulo, por ser um importante ponto da rota “caipira” e sofrer uma influência econômica e cultural paulista.

A revisão do inquérito possibilitou delinear os contornos da facção criminosa Primeiro Comando da Capital em Uberlândia e demonstrar que tal coletivo se estabeleceu na cidade de forma hegemônica e atua nos mesmos moldes observados pela literatura que vem pesquisando as relações sociais e etnográficas dos integrantes. Vislumbrou-se que o fator ideológico e a evocação da face fraternal do Primeiro Comando da Capital é presente entre os seus membros, os quais atuam subordinados pelas hierarquias superiores e tem uma noção de relação de mando e autoridade.

Em relação ao perfil dos integrantes do PCC que foram investigados, não se observou uma correspondência exata com os padrões que são apontados nas pesquisas acadêmicas, pois ao contrário do que é apontado por Feltran (2018), que afirma discrição e seriedade entre os membros do PCC, em Uberlândia observou-se jovens que se identificam com a facção e querem mostrar para a sociedade que pertencem a esse coletivo. Esses jovens, moradores de periferias e em sua maioria muito pobres, nutrem um sentimento de pertencimento à família do PCC.

Sobre a estrutura disciplinar do Primeiro Comando da Capital em Uberlândia, a exposição da organização das células que a compõem, demonstra que se organizam nos mesmos padrões estabelecidos pela facção conforme apontado pela literatura. A relação entre os integrantes do Setor Disciplinar é hierarquizada com submissão aos ditames estabelecidos pelo Resumo disciplinar e da Sintonia dos Estados e países. Na externa, em

Minas Gerais, a célula com maior proeminência é a Sintonia Geral do Estado, que se conecta às Sintonias Regionais que abrangem áreas com os mesmos códigos de área de DDD. Uberlândia subordina-se à denominada Regional 34, ou Disciplina da Leste, que abrange o Triângulo Mineiro e o Alto Paranaíba e era composta por sete integrantes. A maioria dos Gerais do Estado e componentes das Sintonias Regionais residiam em Uberlândia no período das investigações.

Vislumbra-se que a constatação óbvia sobre a existência e proeminência do PCC em determinada cidade, como é o exemplo de Uberlândia, não pode ser baseada apenas nas informações de dados sobre batismos no interior de presídios ou informações superficiais produzidas em inquéritos. Estatísticas e dados compilados pelos órgãos de segurança pública não são capazes de captar os sentimentos e motivação dos envolvidos em um contexto de criminalidade organizada, que está em constante evolução. Para traçar estratégias eficazes de enfrentamento da facção criminosa como manifestação da criminalidade organizada, é fundamental buscar compreender a dinâmica de atuação dos integrantes e suas relações entre si e para com a próprio ente coletivo, o que justifica a continuidade e o aprofundamento das pesquisas sobre o Primeiro Comando da Capital em âmbito local, com a consequente aproximação dos setores da segurança pública com a comunidade acadêmica. ■

Referências

- ABREU, Allan de. **Cocaína: A rota caipira**. Editora Record, v. 3, f. 413, 2017. 826 p.
- ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. **Estudos avançados**, v. 21, p. 7-29, 2007.
- ANDRADE, Felipe Scarpelli de; ALMEIDA, Frederico Novais de. Organização Criminosa Transnacional: Respondendo ao risco com Inteligência. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, Brasília, v. 13, n. 8, p. 333-358, Mar 2022.
- BEATO, Cláudio; LUÍS FILIPE, Zilli. A estruturação de atividades criminosas: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, p. 71-88, 2012.
- BIONDI, Karina. **Proibido roubar na quebrada: território, hierarquia e lei no PCC**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2018.
- BONESSO, Márcio. Homicidas, Ladrões, Milicianos, Organizações Criminosas, Traficantes e White Collors: a administração do crime em Uberlândia no século XXI. **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**, Uberlândia, v. 9, n. 1, 2019.
- BRASIL. Presidência da República. Lei n. 12850, de 11 de agosto de 2013. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 de agosto de 2013.
- CEPIK, Marcos. Sistemas Nacionais de Inteligência: Origens, Lógica de Expansão e Configuração Atual. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1. 75 a 127 p, 2003.
- CEPIK, Marco; BORBA, PEDRO. Crime organizado, estado e segurança internacional. **Contexto internacional**, v. 33, p. 375-405, 2011.
- DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- _____. **PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência**, f. 228. 2012. 455 p.
- DUARTE, Thaís Lemos; ARAÚJO, Isabela Cristina Alves de. Caminho sem volta? Faces da expansão do PCC a Minas Gerais. **Tempo Social**, v. 32, n. 32, p. 173-196, 2020.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Caderno crh**, v. 23, p. 59-73, 2010.
- _____. **Irmãos: Uma história do PCC**. Editora Companhia das Letras, v. 2, f. 160, 2018. 320 p.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. A Influência Paulista na formação econômica e social do Triângulo Mineiro. In: **XI Seminário sobre a economia mineira. 2004.**

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: integração nacional e consolidação regional.** EDUFU, 2010. 254 p.

HIRATA, Daniel Veloso. **Sobreviver na adversidade:** mercado e formas de vida. São Carlos: EdUFScar, 2021. 258 p.

HIRATA, Daniel Veloso; AQUINO, Juliana; Inserções etnográficas ao universo do crime: algumas considerações sobre pesquisas realizadas no Brasil entre 2000 e 2017. **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 84, p. 104-147, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil/Minas Gerais/Uberlândia.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/panorama>, acesso em 24 nov.2023.

JARA, Simon. **A cobrança:** Os sentidos de justiça das facções do Maranhão. São Carlos. 143 p Dissertação (Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, 2021.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **A oeste das minas:** escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista Triângulo Mineiro (1750-1861). Editora Universidade Federal de Uberlândia, 2005. 353 p. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788570785169>. Acesso em: 21 mai. 2023.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. **A Guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil.** Editora Todavia S.A, v. 3, f. 168, 2018. 336 p.

MARQUES, Adalton. "Liderança", "proceder" e "igualdade": uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital. Etnográfica. **Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 14, n. 2), p. 311-335, 2010.

MARQUES, Thalia. **A ordem:** tempo analítico, homicídios e PCC no Triângulo Mineiro (1990-2020). São Carlos Dissertação (Pós-Graduação em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, 2023.

MINAS GERAIS. **Como o Sistema Prisional está lidando com a covid-19?** 2020. Disponível em: <http://www.seguranca.mg.gov.br/ajuda/page/3126-como-o-sistema-prisional-estando-com-a-covid-19>. Acesso em: 28 mai. 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. **Operação Disciplina da Lei:** Justiça Condena e Desarticula importante integrante do Primeiro Comando da Capital. 2023. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/comunicacao/noticias/operacao-disciplina-da-lei-justica-condena-e-desarticula-importante-integrante-do-primeiro-comando-da-capital-8A9480678602D08F018631D4B8CE3689-00.shtml>. Acesso em: 7 abr. 2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. **Operações do MPMG e Polícias Civil e Militar cumprem mandados contra integrantes do PCC em Uberlândia.** 2020. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/comunicacao/noticias/operacoes-do-mpmg-e-policias-civil-e-militar-cumprem-mandados-contra-integrantes-do-pcc-em-uberlandia.shtml>. Acesso em: 7 abr. 2023.

MINGARDI, Guaracy. O trabalho da inteligência no controle do crime organizado. **Estudos Avançados**, v. 21, p. 51-69, 2007.

MISSE, Michel. Crime Organizado e Crime Comum no Rio de Janeiro: Diferenças e Afinidades. **Revi. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 13-25, out 2011. Dossiê "Crime, Segurança e Instituições Estatais: Problemas e Perspectivas".

OLIVEIRA JUNIOR, Almir de. Análise da Criminalidade organizada e incremento das atividades de inteligência policial. In PEREIRA, Eliomar da Silva; WERNER, Guilherme Cunha; VALENTE, Manuel Monteiro Guedes. **Criminalidade organizada:** Investigação, direito e ciência. Grupo Almedina, v. 3, f. 145, 2019. 290 p.

O TEMPO. **Líder do PCC é preso em Minas**. 2007. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/lider-do-pcc-e-preso-em-minas-1.317625>. Acesso em: 7 abr. 2023.

PEREIRA, Eliomar da Silva; WERNER, Guilherme Cunha; VALENTE, Manuel Monteiro Guedes. **Criminalidade organizada**: Investigação, direito e ciência. Grupo Almedina, v. 3, f. 145, 2019. 290 p.

PODER JUDICIÁRIO DE MINAS GERAIS. Juízo da 4ª Vara Criminal da Comarca de Uberlândia; **Inquérito Policial Autos nº 702.20.004183-9**. Registro em: 2 jun. 2023.

RIBEIRO, Ludmila; VICTOR NEIVA, Oliveira; LUÍZA, Bastos. Pavilhões do Primeiro Comando da Capital: tensões e conflitos em uma unidade prisional de segurança máxima em Minas Gerais. **O Público e o Privado**, v. 17, n. 33, p. 213-214, 2019.

SAPORI, Luís Flávio; ANDRADE, Sheila C. Desafios da governança do sistema policial no Brasil: o caso da política de integração das polícias em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 7, n. 1, 2012.

VIANA, Douglas Eustáquio da Silva. **A família, a empresa e o Comando**: as faces do PCC em Minas Gerais. Belo Horizonte, 2022 Dissertação (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas) - Universidade Federal de Minas Gerais.

WERNER, Guilherme Cunha. Teoria interpretativa das Organizações Criminosas: Conceito e Tipologia. In: Autores, Vários; PEREIRA, Eliomar da Silva; BARBOSA, Emerson s. **Organizações criminosas**: Teoria e Hermenêutica da Lei nº 12.850/2013; Porto Alegre: Nuria Fabris, 2015, f. 168. 336 p, p. 47-80.